

Sumário

APRESENTAÇÃO DO REVISÃO FINAL – TRE BAHIA	5
SOBRE OS AUTORES.....	11

CONHECIMENTOS GERAIS

Analista Judiciário - Área Judiciária
Analista Judiciário - Área Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

Duda Nogueira

PARTE I – EDITAL SISTEMATIZADO

1. Apresentação.....	55
2. Edital Sistematizado.....	55

PARTE II – FONOLOGIA

CAPÍTULO 1. ORTOGRAFIA

1. Introdução	57
2. O alfabeto	57
3. Emprego das letras K, W e Y	57
4. Emprego de X e CH	58
4.1. Emprega-se o X	58
4.2. Emprega-se o dígrafo CH.....	58
5. Emprega-se o G.....	58
6. Emprega-se o J.....	59
7. Emprego das letras S e Z	59
7.1. Emprega-se o S.....	59
7.2. Emprega-se o Z	59
8. Emprego de S, Ç, X e dos dígrafos SC, SÇ, SS, XC, XS.....	60
8.1. Emprega-se o S.....	60
8.2. Emprega-se Ç.....	60
8.3. Emprega-se o X	60
8.4. Emprega-se SC	60
8.5. Emprega-se SÇ	60

8.6. Emprega-se SS.....	61
8.7. Emprega-se o XC e o XS	61
9. Emprego das letras E e I.....	61
9.1. Emprega-se o E.....	61
9.2. Emprega-se o I.....	61
10. Emprego das letras O e U.....	62
11. Emprego da letra H.....	62
11.1. Emprega-se o H.....	62
12. Em concursos.....	62
12.1. Emprego dos porquês	62
12.2. Mal e mau.....	63
12.3. Viagem e viagem.....	63
12.4. Cessão, sessão e seção (ou secção).....	63
12.5. Onde e aonde	63
12.6. Se não e senão.....	63
12.7. Tão pouco e tampouco	64
12.8. De encontro a e ao encontro de	64
12.9. Em vez de e ao invés de	64
12.10. Acerca de, a cerca de e há cerca de.....	64
12.11. Mas e mais.....	64
12.12. A fim e afim.....	65
12.13. SE QUER e SEQUER.....	65
CAPÍTULO 2. ACENTUAÇÃO.....	67
1. Introdução	67
2. Regras de acentuação gráfica.....	67
2.1. Proparoxítonas	67
2.2. Paroxítonas	67
2.2.1. Observações	68
2.3. Oxítonas.....	68
2.4. Monossílabos	68
2.4.1. Monossílabos Tônicos.....	68
2.4.2. Monossílabos Átonos	69
2.4.3. Observações	69
2.5. Regras Especiais	69
2.5.1. Ditongos abertos	69
2.5.2. Hiatos	69
2.5.3. Verbos TER e VIR	70
CAPÍTULO 3. REFORMA ORTOGRÁFICA.....	71
1. Mudanças no alfabeto.....	71
2. Trema	71

3. Mudanças nas regras de acentuação.....	71
4. Uso do hífen com compostos.....	73
5. Uso do hífen com prefixos.....	73
5.1. Casos particulares.....	74
5.2. Outros casos do uso do hífen.....	74

PARTE III – MORFOLOGIA

CAPÍTULO 1. SUBSTANTIVO.....	77
1. Definição.....	77
1.1. Em Concursos – Morfossintaxe.....	77
2. Classificação do Substantivo.....	77
2.1. Substantivos Comuns e Próprios.....	77
2.2. Substantivos Concretos e Abstratos.....	78
2.2.1. Em Concursos.....	78
3. Formação do Substantivo.....	78
3.1. Substantivos Simples e Compostos.....	78
3.2. Substantivos Primitivos e Derivados.....	78
4. Flexão do Substantivo.....	78
4.1. Flexão de Gênero.....	78
4.1.1. Substantivos Biformes e Substantivos Uniformes.....	78
4.1.2. Epicenos.....	79
4.1.3. Sobrecomuns.....	79
4.1.4. Comuns de dois gêneros.....	79
4.1.5. Formação dos Substantivos Biformes e Uniformes.....	79
4.1.5.1. Substantivos Biformes.....	79
4.1.5.2. Uniformes.....	80
4.2. Flexão de Número do substantivo.....	80
4.2.1. Plural dos Substantivos Simples.....	80
4.2.2. Plural dos Substantivos Compostos.....	81
4.2.3. Plural das Palavras Substantivadas.....	82
4.2.4. Plural dos Diminutivos.....	82
CAPÍTULO 2. ADJETIVO.....	83
1. Definição.....	83
1.1. Em Concursos – Morfossintaxe.....	83
2. Classificação do adjetivo.....	83
3. Formação do adjetivo.....	83
3.1. Simples e Composto.....	83
3.2. Primitivo e Derivado.....	83
4. Adjetivo pátrio.....	84

5. Locução adjetiva	84
6. Flexões do adjetivo.....	84
6.1. Flexão de gênero	84
6.1.1. Adjetivos Uniformes e Biformes	84
6.2. Flexão de Número.....	84
6.2.1. Plural dos Adjetivos Simples.....	84
6.2.1.1. Em concursos.....	84
6.2.2. Plural dos Adjetivos Compostos.....	85
6.2.2.1. Em concursos.....	85
6.3. Flexão de Grau.....	85
6.3.1. Grau comparativo	85
6.3.1.1. Em concursos.....	85
6.3.2. Grau superlativo	86
CAPÍTULO 3. ARTIGO	87
1. Definição	87
2. Classificação do artigo	87
3. Combinação do artigo	87
4. Emprego do artigo	87
4.1. Em Concursos – Pegadinha de CESPE.....	89
CAPÍTULO 4. NUMERAL.....	91
1. Definição	91
2. Classificação do numeral.....	91
3. Leitura dos numerais	91
4. Emprego dos numerais.....	92
CAPÍTULO 5. PRONOME.....	95
1. Introdução	95
2. Definição	95
3. Pronome adjetivo e substantivo.....	95
4. Classificação dos pronomes	95
4.1. Pronome pessoal	95
4.1.1. Em Concursos.....	96
4.1.2. Emprego dos Pronomes Pessoais	96
4.2. Pronomes de tratamento	97
4.2.1. Em concursos	101
4.3. Pronome possessivo.....	101
4.3.1. Morfossintaxe do Pronome Possessivo.....	101
4.3.2. Em Concursos.....	102
4.4. Pronome Demonstrativo	102
4.4.1. Emprego do Pronome Demonstrativo.....	102

4.5. Pronome Relativo	103
4.5.1. Emprego do Pronome Relativo.....	103
4.6. Pronome Indefinido	105
4.6.1. Em concursos	105
4.7. Pronome Interrogativo.....	105
5. Colocação Pronominal	106
6. Próclise.....	106
7. Mesóclise.....	106
8. Ênclise.....	107
9. Em locuções verbais.....	107
CAPÍTULO 6. VERBO	109
1. Introdução	109
2. Definição	109
3. Classificação verbal	109
3.1. Defectivos	110
3.2. Abundantes	110
3.3. Anômalos	111
3.3.1. Em concursos	112
3.4. Auxiliares	112
3.5. Pronominais	112
3.5.1. Conjugação.....	113
3.5.2. Em concursos	113
4. Modo verbal.....	113
4.1. Formas Nominais.....	113
4.1.1. Em concursos	114
5. Tempo verbal.....	114
5.1. Tempos Primitivos.....	115
5.2. Tempos Derivados do Presente do Indicativo	116
5.3. Tempos Derivados do Pretérito Perfeito do Indicativo.....	117
5.4. Tempos Derivados do Infinitivo Impessoal.....	118
5.5. Tempos Compostos.....	119
6. Aspecto verbal	121
7. Infinitivo pessoal e impessoal.....	121
7.1. Emprego do Infinitivo impessoal.....	122
7.2. Emprego do Infinitivo pessoal.....	122
8. Voz verbal.....	123
8.1. Voz Ativa	123
8.2. Voz Passiva.....	123
8.2.1. Passiva Analítica	123
8.2.2. Passiva Sintética	124

CAPÍTULO 7. ADVÉRBIO	125
1. Introdução	125
2. Definição	125
3. Flexão do advérbio	125
4. Classificação do advérbio.....	125
4.1. Advérbio e locução adverbial	125
4.2. Lista dos principais Advérbios, Locuções Adverbiais e Palavras Denotativas.....	126
4.3. Em concursos.....	127
CAPÍTULO 8. CONJUNÇÃO	129
1. Definição	129
2. Classificação	129
CAPÍTULO 9. PREPOSIÇÃO	131
1. Introdução	131
2. Definição	131
3. Classificação das preposições.....	132
4. Locução prepositiva	132
5. Relações das preposições	132
CAPÍTULO 10. INTERJEIÇÃO	135
1. Definição	135
2. Funções.....	135
3. Formação	135
4. Classificação.....	135
PARTE IV – SINTAXE	
CAPÍTULO 1. TERMOS ESSENCIAIS DA ORAÇÃO	137
1. Introdução	137
2. Definição	137
3. Sintaxe de oração – termos essenciais	137
3.1. Frase, oração e período	137
3.1.1. Frase.....	137
3.1.1.1. Tipos de frase	137
3.1.1.2. Construção da frase	138
3.1.2. Oração.....	138
3.1.3. Período.....	138
3.2. Termos essenciais da oração	138
3.2.1. Sujeito	138
3.2.1.1. Em concursos.....	139

3.2.2. Predicado.....	140
3.2.2.1. Predicação verbal.....	140
3.2.2.1.1. Estados do verbo de ligação.....	141
3.2.2.1.2. Em concursos.....	141
3.2.2.3. Predicativo.....	141
3.2.2.3.1. Morfossintaxe dos predicativos.....	142
3.2.2.4. Classificação do predicado.....	142
CAPÍTULO 2. TERMOS INTEGRANTES DA ORAÇÃO.....	143
1. Introdução.....	143
2. Objeto direto.....	143
2.1. Em concursos.....	143
2.2. Objeto direto preposicionado.....	144
2.3. Objeto direto pleonástico.....	144
3. Objeto indireto.....	144
3.1. Objeto indireto pleonástico.....	145
4. Morfossintaxe dos complementos verbais.....	145
5. Agente da passiva.....	145
5.1. Em concursos.....	146
5.2. Morfossintaxe do agente da passiva.....	146
6. Complemento nominal.....	146
6.1. Morfossintaxe do complemento nominal.....	147
7. Diferença entre Complemento Nominal e Objeto Indireto.....	147
8. Diferença entre Complemento Nominal e Agente da Passiva.....	148
9. Diferença entre Complemento Nominal e Adjunto Adnominal.....	148
CAPÍTULO 3. TERMOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO.....	149
1. Introdução.....	149
2. Adjunto adnominal.....	149
2.1. Morfossintaxe do adjunto adnominal.....	149
2.2. Em concursos.....	149
3. Adjunto adverbial.....	150
3.1. Diferença entre adjunto adverbial e predicativo.....	150
3.2. Classificação do adjunto adverbial.....	150
3.3. Morfossintaxe do adjunto adverbial.....	151
4. Aposto.....	151
4.1. Morfossintaxe do aposto.....	151
4.2. Classificação do aposto.....	151
4.3. Em concursos.....	152
5. Vocativo.....	152
5.1. Morfossintaxe do vocativo.....	152

CAPÍTULO 4. PERÍODO COMPOSTO	153
1. Introdução	153
2. Conceitos	153
3. Coordenação	153
3.1. Assindéticas.....	153
3.2. Sindéticas	153
3.3. Em concursos.....	154
4. Subordinação	154
4.1. Introdução	154
4.2. Subordinada substantiva.....	155
4.2.1. Em concursos	156
4.3. Subordinada adjetiva.....	156
4.3.1. Classificação das subordinadas adjetivas.....	156
4.3.2. Em concursos	157
4.3.3. Funções sintáticas do pronome relativo.....	157
4.4. Subordinada adverbial	157
4.4.1. Classificação.....	158
4.4.2. Em concursos	159
4.5. Orações reduzidas.....	159
4.5.1. Classificação.....	159
CAPÍTULO 5. CONCORDÂNCIA	161
1. Introdução	161
2. Concordância verbal	161
2.1. Casos particulares.....	161
2.2. Sujeito composto	162
2.2.1. Casos particulares	163
2.2.2. Verbo + SE.....	163
2.3. Verbo SER	164
2.4. Verbo PARECER.....	165
2.5. Haja vista	165
3. Concordância nominal.....	165
3.1. Casos particulares	166
CAPÍTULO 6. REGÊNCIA.....	169
1. Introdução	169
2. Regência verbal	169
2.1. Verbos que apresentam uso popular em desacordo com a norma culta....	169
2.2. Verbos que possuem mais de uma regência.....	170
2.3. Lista de verbos notáveis.....	171
3. Regência nominal	172

CAPÍTULO 7. CRASE.....	173
1. Introdução.....	173
2. Regra geral.....	173
3. Casos em que sempre haverá crase	173
4. Diante de nomes de lugar.....	174
5. Diante de pronome demonstrativo.....	174
6. Com pronome relativo.....	175
7. Com pronome demonstrativo.....	175
8. Antes da palavra distância	175
9. Crase facultativa	176
10. Não se usa crase	176
CAPÍTULO 8. PONTUAÇÃO	177
1. Introdução.....	177
2. Vírgula	177
2.1. Vírgula no interior da oração.....	177
2.2. Vírgula entre as orações.....	178
3. Ponto e vírgula	179
4. Dois-pontos.....	179
5. Ponto final.....	180
6. Ponto de interrogação	180
7. Ponto de exclamação	180
8. Reticências.....	180
9. Parênteses.....	181
10. Travessão.....	181
11. Aspas	181
12. Colchetes.....	181
13. Asterisco	181
PARTE V – COESÃO E COERÊNCIA – REESCRITURA DE FRASES	
CAPÍTULO 1. COESÃO E COERÊNCIA – REESCRITURA DE FRASES.....	183
1. Introdução.....	183
2. Coesão referencial	183
3. Coesão sequencial	184
3.1. Paráfrase	185
3.2. Perífrase	185
4. Tipos de incoerência	185
5. Estudo dos vocábulos QUE, SE e COMO	186
5.1. A palavra QUE.....	186
5.1.1. Funções Sintáticas da palavra QUE.....	186

5.2. A palavra SE	188
5.3. A palavra COMO.....	189

PARTE VI – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

CAPÍTULO 1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	191
1. Introdução	191
2. Tipologia textual.....	192
3. Gêneros textuais.....	193
3.1. Gêneros literários	193
3.2. Gêneros dramáticos	194
3.3. Gêneros líricos	194
4. Dicas para interpretar	194
Referências.....	195

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

CAPÍTULO I. 1 NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTES LINUX E WINDOWS). 4 CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS.....	203
1. Noções de sistema operacional (ambientes linux e windows).....	203
2. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	207
3. Teclas de atalho	210
CAPÍTULO II. EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTES MICROSOFT OFFICE E BROFFICE)	213
Microsoft Office.....	213
1.1. Word	213
1.1.1. Guias do Word 2013	213
1.1.2. Teclas de atalho do Word.....	215
1.2. Excel	218
1.2.1. Guias do Excel 2013.....	218
1.2.2. Principais funções do Excel.....	220
1.2.3. Principais teclas de atalho do Excel	223
1.3. PowerPoint	224
1.3.1. Guias do PowerPoint 2013	224
brOffice	225
1.4. Writer	225
1.4.1. Principais barras de ferramenta do Writer.....	225
1.4.2. Principais teclas de Atalho do Writer.....	226

1.5. Calc.....	230
1.5.1. Barras de ferramentas do Calc.....	230
1.5.2 Principais teclas de atalho.....	231
1.6. Impress.....	235
1.6.1. Barras de ferramentas do Impress.....	235
1.6.2. Principais teclas de atalho.....	236
CAPÍTULO III. 3 REDES DE COMPUTADORES. 3.1 CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMEN- TAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET. 3.2 PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT INTERNET EXPLORER, MOZILLA FIREFOX E GOOGLE CHROME). 3.3 PROGRAMAS DE CORREIO ELETRÔNICO (WINDOWS LIVE MAIL, ZIM- BRA). 3.4 SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET. 3.5 GRUPOS DE DISCUSSÃO. 3.6 REDES SOCIAIS. 3.7 COMPUTAÇÃO NA NUVEM (CLOUD COMPUTING)	239
1. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e in- tranet.....	239
2. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome).....	242
3. Ferramentas de correio eletrônico webmail (Windows Live Mail, Zimbra).....	244
4. Sítios de busca e pesquisa na Internet.....	245
5. Grupos de discussão	245
6. Redes sociais	245
7. Computação na nuvem (cloud computing).....	246
CAPÍTULO IV. 5 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO. 5.1 PROCEDIMENTOS DE SEGU- RANÇA. 5.2 NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS 5.3 APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, ANTI-SPYWARE). 5.4 PROCEDIMENTOS DE BACKUP. 5.5 ARMAZENAMENTO DE DADOS NA NUVEM (CLOUD STORAGE)	247
1. Segurança da informação.....	247
2. Noções de vírus, worms e pragas virtuais.....	247
3. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).....	249
4. Procedimentos de backup.....	249
5. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	250
NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	
<i>Perla Müller</i>	
<i>A Resolução nº3/2017 consta na disciplina de Direito Administrativo</i>	
<i>A Lei 8.112/90 consta na disciplina de Direito Administrativo</i>	
1. Ética, estado e serviço público.....	253
2. Ética e moral.....	254
3. Comportamento profissional	255
4. Atitudes no serviço público	256

5. Organização do trabalho.....	256
5.1. Prioridade em serviço.....	257
6. Missão, objetivos estratégicos, valores organizacionais e visão do TRE-BA para o sexênio 2016-2021, conforme o ‘planejamento estratégico 2016-2021’ do TRE-BA.....	257

REGIMENTO INTERNO DO TRE-BA

Jaime Barreiros Neto

1. Organização do Tribunal.....	263
2. Do processo no Tribunal.....	272
3. Totalização de votos e expedição de diplomas.....	281
4. Da secretaria do Tribunal.....	281
5. Disposições finais.....	281

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Robnei Stefanes

1. Conceito de desenvolvimento sustentável.....	285
2. Agenda ambiental da administração pública (A3P).....	286
2.1. Implantação da A3P.....	286
2.2. Eixos temáticos da A3P.....	287
2.3. Política dos 5 erres.....	287
2.4. Banco de boas práticas da A3P.....	288
3. Política nacional de resíduos sólidos (Lei n.º 12.305/2010).....	288
3.1. Disposições gerais da Lei n.º 12.305/2010.....	288
3.2. Principais definições.....	288
3.3. Princípios.....	289
3.4. Instrumentos e objetivos.....	290
3.5. Diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos.....	291
3.6. Planos de resíduos sólidos.....	291
3.7. Proibições.....	292
4. Política nacional de mudança climática (Lei n.º 12.187/2009).....	293
4.1. Princípios.....	293
4.2. Objetivos.....	293
4.3. Instrumentos da PNMC.....	294
4.4. Instrumentos institucionais para a atuação da PNMC.....	295
5. Resolução CNJ n.º 201/2015 e Resolução n.º 23.474/2016.....	295
5.1. Unidades e núcleos socioambientais.....	296
5.2. Plano de logística sustentável – Do poder judiciário e da justiça eleitoral.....	296
5.3. Comissão gestora.....	297
6. Lei n.º 8.666/93: Artigo 3º.....	298

7. Decreto n.º 7.746/2012	298
7.1. Diretrizes de sustentabilidade	298
7.2. Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP	298
7.2.1. Competência da CISAP	299
7.2.2. Competência da SLTI	300

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Paulo Henrique Boldrin

1. Introdução	303
1.1. Pessoa com deficiência	304
1.2. Conceitos do estatuto da pessoa com deficiência	306
2. Direito à igualdade e à não discriminação	308
2.1. Atendimento prioritário da pessoa com deficiência	311
3. Direito à vida	312
4. Direito à habilitação e à reabilitação	313
5. Direito à saúde	315
6. Direito à educação	317
7. Direito à moradia	319
8. Direito ao trabalho	321
8.1. Habilitação e reabilitação profissional	322
8.2. Inclusão da pessoa com deficiência no trabalho	323
9. Direito à assistência social	324
10. Direito à previdência social	325
11. Direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer	326
12. Direito ao transporte e mobilidade	327
13. Acessibilidade	330
13.1. Princípio do desenho universal	331
13.2. Premissas básicas de acessibilidade	332
13.3. Acessibilidade em edificações, vias e espaços públicos	332
13.4. Acesso à informação e à comunicação	333
13.5. Tecnologia assistiva	335
13.6. Participação na vida pública e política	335
13.7. Acessibilidade no Poder Judiciário (Resolução CNJ 230/2016)	336
14. Ciência e tecnologia	338
15. Acesso à justiça	339
16. Reconhecimento igual perante a lei	340
17. Crimes	343
18. Servidores com Deficiência (Resolução cnj nº 230/2016)	344

18.1. Inclusão de pessoa com deficiência no serviço público	344
18.2. Horário especial de trabalho	346
18.3. Servidores que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência.....	346
18.4. Advertência	347
19. Reflexos do estatuto da pessoa com deficiência nos demais ramos do direito.....	348
19.1. Direito do trabalho.....	348
19.2. Direito Civil	350
20. Disposições finais e transitórias.....	354

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Fábio Vogelaar Carlucci

1. Planejamento organizacional: planejamento estratégico, tático e operacional.....	359
2. Planejamento estratégico no Judiciário Brasileiro: Resolução CNJ nº 198/2014....	372
3. Mapa Estratégico: conceito	376
4. Mapa Estratégico 2016-2021 do TRE-BA.....	378
5. Gestão de processos	379
6. Gerenciamento de projetos	383
7. Gestão por competências	384
8. Gestão de pessoas nas organizações.....	386
9. Gestão de riscos.....	406

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Judiciário – Área Judiciária
Técnico Judiciário – Área Administrativa

DIREITO ADMINISTRATIVO¹

Tiago Bockie e Marco Aurélio Prata

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	417
1. Introdução ao direito administrativo	417
1.1. Natureza jurídica.....	417
1.2. Conceito.....	417
1.3. Objeto.....	419
1.4. Fontes	421
2. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	423
2. Regime jurídico-administrativo	423
2.1. Considerações gerais	423
2.2. Pedras de toque	424

¹ O material sobre normas aplicáveis aos servidores públicos federais se encontra na matéria Direito Administrativo.

2.3.	Princípios constitucionais explícitos	425
2.3.1.	Princípio da legalidade	426
2.3.2.	Princípio da impessoalidade.....	426
2.3.3.	Princípio da moralidade	427
2.3.4.	Princípio da publicidade	428
2.3.5.	Princípio da eficiência	428
2.4.	Princípio constitucionais implícitos.....	428
2.4.1.	Princípio da finalidade	429
2.4.2.	Princípio da especialidade.....	429
2.4.3.	Princípio da autotutela	429
2.4.4.	Princípio da motivação	429
2.4.5.	Princípio da proporcionalidade/razoabilidade (proibição ao excesso)	430
2.4.6.	Princípio da continuidade do serviço público (permanência)	430
2.4.7.	Princípio da segurança jurídica (proteção à confiança)	430
3.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	431
3.	Organização administrativa	431
3.1.	Administração pública: conceito, sentidos e princípios.....	431
3.2.	Administração direta, indireta, centralizada e descentralizada.....	431
3.3.	Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de eco- nomia mista.....	433
3.4.	Outras nomenclaturas	435
3.5.	Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.....	437
3.6.	Entidades paraestatais (terceiro setor)	438
4.	ATOS ADMINISTRATIVOS	439
4.	Atos administrativos	439
4.1.	Conceito e natureza jurídica.....	439
4.2.	Elementos ou requisitos	440
4.2.1.	Vinculação e discricionariedade.....	443
4.2.2.	Mérito Administrativo	443
4.3.	Atributos.....	444
4.4.	Classificação	444
4.5.	Espécies.....	445
4.6.	Extinção. Revogação e anulação. Decadência administrativa	447
4.7.	Convalidação.....	449
4.8.	Atos inexistentes.....	449
5.	PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI Nº 9.784/1999) – DISPOSIÇÕES DOUTRINÁ- RIAS APLICÁVEIS E JURISPRUDÊNCIA APLICADA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	451
5.	Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999) – Disposições doutrinárias aplicáveis e jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	451

5.1.	Conceito doutrinário.....	451
5.2.	Finalidade da Lei nº 9.784/1999.....	451
5.3.	Princípios e critérios elencados expressamente na legislação.....	452
5.4.	Direitos dos administrados.....	452
5.5.	Deveres dos administrados.....	453
5.6.	Do início do processo.....	453
5.7.	Dos interessados.....	453
5.8.	Da competência.....	453
5.9.	Impedimentos e da suspeição.....	454
5.10.	Comunicação dos atos.....	454
5.11.	Da instrução.....	455
5.12.	Do dever de decidir.....	455
5.13.	Da motivação.....	455
5.14.	Da desistência e outros casos de extinção do processo.....	456
5.15.	Da anulação, revogação e convalidação.....	456
5.16.	Do recurso administrativo e da revisão.....	456
5.17.	Dos prazos.....	457
6.	PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	459
6.	Poderes e deveres da administração pública.....	459
6.1.	Conceito.....	459
6.2.	Espécies de poderes administrativos.....	459
6.2.1.	Poder vinculado.....	459
6.2.2.	Poder discricionário.....	459
6.2.3.	Poder hierárquico.....	460
6.2.4.	Poder disciplinar.....	460
6.2.5.	Poder de polícia.....	461
6.2.6.	Poder normativo ou regulamentar.....	462
6.3.	Uso e abuso do poder.....	463
6.4.	Deveres da administração pública.....	463
6.4.1.	Dever de agir.....	463
6.4.2.	Dever de eficiência.....	463
6.4.3.	Dever de probidade.....	464
6.4.4.	Dever de prestar contas.....	464
7.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	465
7.	Controle da administração pública.....	465
7.1.	Conceito.....	465
7.2.	Controle exercido pela administração pública.....	465
7.3.	Controle judicial.....	466
7.4.	Controle legislativo.....	466
7.5.	Classificação das formas de controle.....	468

7.5.1.	Conforme a origem	468
7.5.2.	Conforme o momento a ser exercido.....	469
7.5.3.	Conforme a amplitude.....	470
8.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	471
8.	Improbidade administrativa	471
8.1.	Fundamento constitucional, fundamento legal, conceito e natureza jurídica	471
8.2.	Sujeitos.....	471
8.3.	Atos de improbidade	472
8.4.	Sanções	475
8.5.	Procedimento	477
8.6.	Prescrição	477
9.	AGENTES PÚBLICOS E LEI Nº 8.112/90	479
9.	Agentes públicos e Lei nº 8.112/90	479
9.1.	Conceito.....	479
9.2.	Classificação	479
9.3.	Concurso público	481
9.4.	Estágio probatório	483
9.5.	Efetividade e Estabilidade (ordinária e extraordinária)	483
9.6.	Lei nº 8.112/90 – Considerações gerais	484
9.6.1.	Nomeação, posse e exercício.....	484
9.6.2.	Formas de provimento derivado.....	485
9.6.3.	Vacância.....	486
9.6.4.	Remoção e redistribuição	486
9.6.5.	Substituição	487
9.6.6.	Remuneração e vantagens pecuniárias.....	487
9.6.7.	Férias.....	490
9.6.8.	Licenças e afastamentos.....	490
9.6.9.	Direito de petição	491
9.6.10.	Deveres e proibições	492
9.6.11.	Acumulação de cargos, empregos e funções	493
9.6.12.	Responsabilidades.....	494
9.6.13.	Penalidades	495
9.6.14.	Processo administrativo disciplinar.....	495
10.	LICITAÇÕES.....	499
10.	Licitações.....	499
10.1.	Legislação pertinente	499
10.2.	Conceito, objeto, finalidade e fundamentos constitucionais da licitação... ..	499
10.3.	Princípios.....	500

10.4.	Modalidades, procedimentos e destinatários da licitação.....	501
10.4.1.	Concorrência	501
10.4.2.	Tomada de preço	502
10.4.3.	Convite.....	503
10.4.4.	Concurso	504
10.4.5.	Leilão	504
10.4.6.	Pregão (Lei nº 10.520/02)	504
10.4.7.	Pregão eletrônico (Decreto nº 5.450/2005).....	505
10.5.	Tipos de licitação	506
10.6.	Prazos entre a publicação do instrumento convocatório e o dia do evento .	506
10.7.	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade	506
10.7.1.	Inexigibilidade de licitação.....	506
10.7.2.	Dispensa da licitação	507
10.8.	Revogação e anulação da licitação.....	510
10.9.	Sanções administrativas	511
10.10.	Regime diferenciado de contratações públicas (Lei nº 12.462/2011)	511
10.11.	Sistema de registro de preços (Decreto nº 7.892/2013).....	514
11.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	517
11.	Contratos administrativos.....	517
11.1.	Legislação pertinente	517
11.2.	Conceito.....	517
11.3.	Características dos contratos administrativos	517
11.3.1.	Obediência à forma.....	517
11.3.2.	Onerosidade e bilateralidade	518
11.3.3.	Natureza de adesão.....	518
11.3.4.	Natureza <i>intuitu personae</i>	518
11.3.5.	Presença de cláusulas exorbitantes.....	518
11.4.	Execução do contrato administrativo	519
11.5.	Inexecução e rescisão do contrato.....	520
11.6.	Vigência do contrato administrativo.....	523
11.7.	Teoria da imprevisão	523
11.7.1.	Fato do príncipe	524
11.7.2.	Fato da administração.....	524
11.7.3.	Caso fortuito ou força maior	524
11.8.	Consórcios públicos	524
11.9.	Convênios e instrumentos congêneres (Decreto nº 6.170/07 e Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016).....	525
11.9.1.	Da vedação a celebração de convênios e contratos	526
11.9.2.	Do chamamento público	527
11.9.3.	Normas de celebração	528

11.9.4. Prestação de contas	528
11.9.5. Da denúncia e da rescisão	529
11.9.6. Do sistema de gestão de convênios e contratos de repasse – SICONV e do portal dos convênios	529
11.9.7. Da padronização dos objetos.....	530
12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	531
12. Responsabilidade Civil do Estado	531
12.1. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.....	531
12.2. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro	531
12.3. Responsabilidade por ato comissivo do Estado e responsabilidade por omissão do Estado	532
12.4. Direito de regresso.....	532
12.5. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.....	533
12.6. Evolução das teorias sobre a responsabilidade civil do Estado.....	533
12.7. Outras observações importantes acerca do tema que podem ser cobra- das na prova	534
13. CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA ELEITORAL DA BAHIA (RESO- LUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 3/2017).....	537
13. Código de Ética dos Servidores da Justiça Eleitoral da Bahia (Resolução Adminis- trativa nº 3/2017).....	537
13.1. Das disposições preliminares.....	537
13.2. Das normas de conduta ética	538
13.2.1. Dos direitos	538
13.2.2. Dos deveres.....	538
13.2.3. Das vedações.....	539
13.3. Da comissão especial de ética	541
13.3.1. Competência da comissão especial de ética	542
13.3.2. Competência do presidente da comissão especial de ética	542
13.4. Da comissão permanente de ética.....	542
13.4.1. Compete à comissão permanente de ética.....	543
13.4.2. Competência do presidente da comissão permanente de ética....	543
13.5. Das disposições comuns às comissões.....	544
13.6. Do funcionamento das comissões	544
13.7. Dos procedimentos apuratórios	544
13.8. Das disposições finais	545

DIREITO CONSTITUCIONAL

Paulo Lépora

1. Constituição. 1.1. Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2. Supremacia da Constituição. 1.3. Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4. Interpreta- ção das normas constitucionais. 1.4.1. Métodos, princípios e limites.....	551
---	-----

2. Princípios fundamentais.....	562
3. Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 3.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 3.3 Direitos sociais. 3.4 Nacionalidade. 3.5 Direitos políticos. 3.6 Partidos políticos.	564
4. Organização do Estado. 4.1 Organização político-administrativa. 4.2 Estado federal brasileiro. 4.3 A União. 4.4 Estados federados. 4.5 Municípios. 4.6 O Distrito Federal. 4.7 Territórios.....	596
5. Administração Pública. 5.1. Disposições gerais. 5.2 Servidores públicos	607
6. Organização dos poderes no Estado. 6.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 6.2 Poder legislativo. 6.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 6.2.2 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 6.2.3 Tribunal de Contas da União (TCU). 6.2.4 Processo legislativo. 6.2.5 Prerrogativas parlamentares. 6.3 Poder executivo. 6.3.1 Presidente da República. 6.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 6.3.2 Ministros de Estado. 6.4 Poder judiciário. 6.4.1 Disposições gerais. 6.4.2 Órgãos do poder judiciário. 6.4.2.1 Organização e competências. 6.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	613
7. Funções essenciais à justiça. 7.1 Ministério Público. 7.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências. 7.2 Advocacia Pública. 7.3 Defensoria Pública.....	642
8. Defesa do Estado e das instituições democráticas.	650
9. Finanças públicas. 9.1 Normas gerais. 9.2 Orçamentos.....	651
10. Ordem econômica e financeira. 10.1 Princípios gerais da atividade econômica. 10.2 Sistema Financeiro Nacional.....	652
11. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	654
12. Poder constituinte. 12.1 Características. 12.2 Poder constituinte originário. 12.3 Poder constituinte derivado.....	654

DIREITO ELEITORAL

Jaime Barreiros Neto

1. Direito Eleitoral: conceito e fontes.....	663
1.1. Conceito, objeto e objetivos do Direito Eleitoral.....	663
1.2. Fontes do Direito Eleitoral.....	663
2. Princípios constitucionais relativos aos direitos políticos (nacionalidade, elegibilidade e partidos políticos) de que trata o Capítulo IV do Título I da Constituição Federal em seus arts. 14 a 17.	664
3. Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral)	669
3.1. Introdução	669
3.2. Organização das eleições	669
3.3. Recursos eleitorais	672
3.4. Disposições penais.....	672

4. Organização da justiça eleitoral: composição e competências.....	672
5. Ministério Público Eleitoral: atribuições.....	676
6. Alistamento eleitoral.....	677
6.1. Lei nº 4.737/1965 e suas alterações	678
6.2. Lei nº 6.996/1982 e suas alterações	679
6.3. Lei nº 7.444/1985	679
6.4. Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 21.538/2003	680
6.5. Ato e efeitos da inscrição	680
6.6. Segunda via	681
6.7. Transferência e encerramento	681
6.8. Delegados partidários perante o alistamento	682
6.9. Cancelamento e exclusão de eleitor	682
6.10. Revisão e correção eleitorais	682
7. Domicílio eleitoral.....	683
8. Elegibilidade	683
8.1. Conceito e condições.....	683
8.2. Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (Inelegibilidade)	683
8.3. Fatos geradores de inelegibilidade.....	684
8.4. Incompatibilidades, prazos e suspensão por decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade.....	690
9. Impugnação de registro de candidatura.....	692
9.1. Competência para julgamento, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações.....	692
10. Partidos políticos (conforme a Constituição Federal, Código Eleitoral, Lei nº 9.096/1995 e suas alterações): conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, caráter nacional, funcionamento parlamentar, programa, estatuto, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, finanças e contabilidade, prestação de contas e sanções dela decorrentes, fundo partidário, acesso gratuito ao rádio e à televisão, propaganda partidária	693
11. Eleições (Código Eleitoral, Lei nº 9.504/1997 e suas alterações)	704
11.1. Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional, disposições gerais	704
11.2. Coligações.....	706
11.3. Convenções para escolha de candidatos	708
11.4. Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações	708
11.5. Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções	712
11.6. Prestação de contas de campanha	714
11.7. Pesquisas e testes pré-eleitorais	718

11.8. Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504/1997 e suas alterações). 11.8.1 Propaganda na imprensa escrita, no rádio, na televisão, na Internet e por outros meios. 11.8.2 Direito de resposta. 11.8.3 Condutas vedadas em campanhas eleitorais. 11.8.4 Propaganda eleitoral extemporânea e propaganda irregular (multa). 11.8.5 Representação por conduta vedada	718
11.9. Eleições. 11.9.1 Atos preparatórios da votação. 11.9.2 Seções eleitorais. 11.9.3 Mesas receptoras. 11.9.4 Fiscalização das eleições. 11.9.5 Polícia dos trabalhos eleitorais. 11.9.6 Início da votação. 11.9.7 O ato de votar. 11.9.8 Voto no exterior. 11.9.9 Encerramento da votação. 11.9.10 Órgãos apuradores. 11.9.11 Apuração nas juntas eleitorais, nos tribunais regionais e no Tribunal Superior Eleitoral. 11.9.12 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 11.9.13 Privilégios e garantias eleitorais: aspectos gerais, liberdade no exercício do sufrágio, fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais — Lei nº 6.091/1974 e suas alterações. 11.9.14 Impugnações e recursos. 11.9.15 Nulidades da votação	729
11.10. Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização	733
11.11. Recursos eleitorais. 11.11.1 Cabimento, pressupostos de admissibilidade, processamento, efeitos e prazos. 11.11.2 Recursos perante juntas e juízos eleitorais, tribunais regionais e Tribunal Superior	733
11.12. Disposições finais da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações.....	737
11.13. Dever eleitoral: sanções ao inadimplemento, isenção, justificação pelo não comparecimento à eleição	738
11.14. Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral. 11.14.1 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (investigação judicial eleitoral). 11.14.2 Representação por captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações). 11.14.3 Recurso contra a expedição de diploma. 11.14.4 Ação de impugnação de mandato eletivo.....	739
12. Crimes eleitorais	744
12.1. Crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, na Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações e na Lei nº 9.504/1997 e suas alterações	744
12.2. Processo penal eleitoral: ação penal, competência em matéria criminal eleitoral, rito processual penal eleitoral com aplicação subsidiária do Código de Processo Penal	752
12.3. Resolução do TSE nº 22.276/2006 e suas alterações.....	753
12.4. Lei nº 11.300/2006 e suas alterações (Lei da Minirreforma Eleitoral)	755
13. Lei nº 12.034/2009	756
14. Lei nº 13.165/2015	756
14.1. Aspectos processuais criados ou alterados pela lei 13.165/15	756
14.2. Aplicação do Novo CPC ao processo eleitoral	756

14.3. Quadro comparativo: o que mudou com a lei 13.165/15.....	761
14.3.1. Alterações promovidas na Lei das Eleições (Lei nº. 9.504/97).....	761
14.3.2. Alterações promovidas na Lei Geral dos Partidos Políticos (Lei nº. 9.096/95)	779
14.3.3. Alterações promovidas no Código Eleitoral (Lei nº. 4737/65)	786
14.3.4. Novas disposições legais previstas no corpo da Lei 13.165/15.....	792
15. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	794
15.1. Súmulas do TSE	794

DIREITO CIVIL²

Plínio Moura

I. Edital Sistematizado – Direito Civil – TRE/BA – Edital 001/2017 (21.06.17) – CESPE .	803
1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro.....	805
1.1. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.	805
1.1.1. Vigência e obrigatoriedade da lei	805
1.1.2. Aplicação e interpretação das leis	806
1.1.3. Integração normativa	807
1.2. Aplicação das leis no tempo.....	808
1.2.1. Revogação da lei	808
1.2.2. Eficácia da lei no tempo.....	809
1.3. Aplicação das leis no espaço.....	811
2. Pessoa natural	811
2.1. Personalidade jurídica x capacidade jurídica	811
2.2. Início da pessoa natural	811
2.3. Capacidade jurídica: teoria das incapacidades e emancipação	812
2.4. Direitos e atributos da personalidade.....	813
2.4.1. Características e tutela judicial dos direitos da personalidade	814
2.4.2. Proteção à integridade física.....	815
2.4.3. Proteção à honra, imagem, privacidade e intimidade	815
2.4.4. Nome civil	815
2.4.5. Estado civil.....	816
2.4.6. Domicílio civil da pessoa natural.....	816
2.5. Fim da existência da pessoa natural. Ausência.....	817
3. Pessoa jurídica.....	819
3.1. Disposições gerais. Conceito e elementos caracterizadores. Constituição. Grupos despersonalizados. Sociedades de fato.....	819
3.2. Direitos da personalidade	820

² Esta matéria é exclusiva para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária. Se estiver estudando para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, não é necessária a leitura.

3.3.	Capacidade e representação da pessoa jurídica. Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.....	820
3.4.	Desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica.....	820
3.5.	Extinção da pessoa jurídica	821
3.6.	Domicílio	821
3.6.	Classificação. Associações. Sociedades. Fundações.....	822
3.6.1.	Sociedades	823
3.6.2.	Associações.....	823
3.6.3.	Fundações.....	824
4.	Bens.....	825
4.1.	Das diferentes classes de bens	825
4.1.1.	Bens Considerados em si mesmos.....	825
4.1.1.1.	Imóveis x móveis (arts. 79-84).....	825
4.1.1.2.	Fungíveis x infungíveis (art. 85).....	826
4.1.1.3.	Consumíveis x inconsumíveis (art. 86).....	826
4.1.1.4.	Divisíveis x indivisíveis (arts. 87-88)	826
4.1.1.5.	Singulares x universalidades (arts. 89-91).....	826
4.1.2.	Bens reciprocamente considerados	826
4.1.2.1.	Principais x acessórios.....	827
4.1.2.2.	Espécies de acessórios.....	827
4.2.	Bens corpóreos e incorpóreos	828
4.3.	Bens no comércio e fora do comércio	828
5.	Fato jurídico. Atos jurídicos lícitos e ilícitos	828
6.	Negócio jurídico	829
6.1.	Disposições gerais. Classificação e interpretação.....	829
6.2.	Elementos. Existência, validade e eficácia. Condição, termo e encargo.....	830
6.3.	Plano da validade do negócio jurídico. Defeitos. Simulação.....	831
6.3.1.	Princípio da conservação dos negócios jurídicos. Conversão, concentração e convalidação dos negócios	832
6.3.2.	Representação	832
6.3.3.	Invalidades. Nulidade e anulabilidade.....	833
6.3.4.	Vícios. Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão	834
6.3.4.1.	Erro.....	834
6.3.4.2.	Dolo	834
6.3.4.3.	Coação.....	835
6.3.4.4.	Estado de perigo.....	835
6.3.4.5.	Lesão	836
6.3.4.6.	Fraude contra credores.....	836
6.3.5.	Vícios. A simulação	836
6.4.	Prova do fato jurídico.....	837

7. Prescrição e decadência	838
8. Obrigações:	839
8.1. Características. Elementos. Princípios. Obrigação complexa. Boa-fé	840
8.1.1. Características	840
8.1.2. Elementos	840
8.1.3. Princípios.....	840
8.1.3.1. Princípios clássicos.....	840
8.1.3.2. Princípios constitucionais: função social e boa-fé.....	840
8.2. Modalidades.....	841
8.2.1. Classificação geral.....	841
8.2.1.1. Dar coisa certa	842
8.2.1.2. Dar coisa incerta (arts. 243-246):	842
8.2.1.3. Fazer e não fazer	842
8.2.2. Classificação especial.....	842
8.2.2.1. Cumulativas, alternativas e facultativas (arts. 252-256, do CC/02).....	842
8.2.2.2. Divisíveis x indivisíveis.....	843
8.2.2.3. Solidárias	843
8.2.2.4. Obrigações de meio, de resultado e de garantia	844
8.2.2.5. Obrigações civis e naturais	844
8.2.2.6. Obrigações de execução instantânea; diferida e periódica.....	844
8.2.2.7. Obrigações puras e simples; condicionais; a termo e modais	845
8.2.2.8. Obrigações líquidas e ilíquidas.....	845
8.2.2.9. Obrigações principais e acessórias	845
8.3. Transmissão	846
8.3.1. Cessão de crédito.....	846
8.3.2. Cessão de débito ou assunção de dívidas	846
8.4. Adimplemento das obrigações	847
8.4.1. Teoria geral do pagamento	847
8.4.2. Regras especiais de extinção	848
8.5. Inadimplemento das obrigações.....	849
8.5.1. Inadimplemento absoluto x relativo	849
8.5.2. Espécies de mora e suas consequências	849
8.5.3. Cláusula penal.....	849
8.5.4. Arras.....	850
9. Atos unilaterais	850
9.1. Promessa de recompensa	850
9.2. Gestão de negócios.....	851

9.3.	Pagamento indevido.....	851
9.4.	Enriquecimento sem causa.....	852
10.	Contratos.....	853
10.1.	Teoria Geral. Princípios. Classificação. Disposições gerais. Interpretação. Extinção	853
10.1.1.	Princípios e disposições gerais.....	853
10.1.2.	Classificação	854
10.1.2.1.	Contratos de adesão.....	854
10.1.2.2.	Contrato preliminar	854
10.1.2.3.	Contrato aleatório	855
10.1.3.	Formação e interpretação dos contratos	855
10.1.4.	Garantias legais: evicção e vícios redibitórios	856
10.1.4.1.	Proteção do adquirente em face de vícios redibitórios.....	856
10.1.4.2.	Proteção do adquirente em face de evicção	857
10.15.	Extinção dos contratos.....	858
10.5.1.	Extinção normal.....	858
10.5.2.	Extinção anormal	858
10.5.2.1.	Extinção anormal por causas antecedentes ou concomitantes.....	858
10.5.2.2.	Extinção anormal por causas supervenientes	858
10.2.	Espécies de contratos regulados no Código Civil.....	859
10.2.1.	Compra e venda	859
10.2.2.	Troca ou permuta.....	859
10.2.3.	Contrato estimatório	859
10.2.4.	Doação.....	860
10.2.5.	Locação de coisas	860
10.2.6.	Comodato.....	860
10.2.7.	Mútuo.....	860
10.2.8.	Prestação de serviço	861
10.2.9.	Empreitada	861
11.	Responsabilidade civil.....	865
11.1.	Fundamentos da responsabilidade civil	865
11.2.	Elementos da responsabilidade civil.....	866
11.2.1.	Conduta humana	866
11.2.2.	Nexo de causalidade.....	866
11.2.3.	Dano ou prejuízo.....	866
11.2.4.	Culpa.....	867
11.3.	Excludentes da responsabilidade civil.....	867
11.4.	Transmissibilidade da responsabilidade civil	868
11.5.	Modalidades de responsabilidade civil e reparação	868

11.5.1. Responsabilidade contratual x aquiliana	868
11.5.2. Responsabilidade objetiva x subjetiva.....	868
11.5.3. Responsabilidade civil na obrigação de meio e de resultado	869
11.5.4. Responsabilidade solidária x subsidiária.....	869
11.6. Reparação civil: restituição integral e exceções	869
11.7. Responsabilidade civil do incapaz	870
11.8. Responsabilidade civil por fato de outrem, por fato de terceiro, indireta ou complexa (arts. 932-934, do CC)	870
11.8.1. Pais em Relação aos Filhos menores sob autoridade e companhia	870
11.8.3. Empregadores e comitentes em relação a empregados e comissários.....	871
11.8.4. Donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos	871
11.8.5. Aqueles que recebem produto de crime gratuitamente	871
11.8.6. Outras hipóteses legais e reconhecidas na jurisprudência	871
11.9. Responsabilidade civil por fato da coisa	872
11.9.1. Empresário ou sociedade empresária em relação ao fato da coisa	872
11.9.2. Dono ou detentor em relação ao fato do animal.....	872
11.9.3. Dono ou construtor em relação à ruína de edifício.....	872
11.9.4. Habitante de prédio ou parte dele em relação às coisas lançadas em lugar indevido.....	872
11.10. Responsabilidade civil por cobrança judicial de dívidas.....	872
11.11. Responsabilidade civil por crime.....	873
12. Direitos reais	874
12.1. Disposições gerais.....	874
12. Propriedade.....	876
12.1. Poderes.....	876
12.2. Função social.....	876
12.3. Aquisição da propriedade móvel	876
12.4. Aquisição da propriedade imóvel	878
12.5. Perda da propriedade	881
12.2. Superfície	881
12.3. Servidões.....	881
12.4. Usufruto	881
12.5. Uso	882
12.6. Habitação	882
12.7. Direito real do promitente comprador	882

13. Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (estatuto do idoso)	882
Referências bibliográficas.....	883

DIREITO PROCESSUAL CIVIL³

Luciano Rossato

1. Lei n. 13.105, de 16.03.2015	887
2. Normas fundamentais.....	887
2.1. Fundamento Constitucional.....	887
2.2. Classificação dos princípios processuais: princípios informativos e fundamentais.....	888
2.3. O princípio do devido processo legal como princípio nuclear.....	889
2.4. Regra jurídica da iniciativa da parte e do impulso oficial	889
2.5. Impulso oficial	890
2.6. Princípio do acesso à justiça ou inafastabilidade do controle jurisdicional	890
2.6.1. O sentido do princípio do acesso à justiça	890
2.6.2. O acesso à justiça quantitativo e qualitativo	891
2.6.3. A mediação e a conciliação	891
2.6.4. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	892
2.6.5. Princípio da duração razoável do processo	892
2.6.6. Princípio da boa-fé processual	892
2.7. Princípio da cooperação processual.....	893
2.8. Princípio da isonomia	894
2.9. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	894
2.10. Princípio do contraditório dinâmico	895
2.11. Princípio da fundamentação analítica.....	895
2.12. Atendimento preferencial da ordem cronológica.....	896
2.13. Princípio da autonomia de vontade das partes e do dispositivo em sentido processual.....	896
2.14. Princípios regentes da aplicação do ordenamento jurídico.....	897
2.15. Garantias constitucionais do processo	897
2.17. A norma processual civil.....	897
2.17.1. Definição de Lei Processual Civil	897
2.17.2. Interpretação da norma processual	898
2.17.3. Norma processual no tempo e no espaço	898
2.17.4. Direito Processual Intertemporal. Critérios.....	898
2.17.5. Efetividade do processo e acesso à Justiça	899
2.17.6. Escopos do processo e instrumentalidade do processo	899

3 Esta matéria é exclusiva para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária. Se estiver estudando para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, não é necessária a leitura.

3. Jurisdição	899
3.1. Elementos conceituais	899
3.2. Características.....	900
3.3. Natureza jurídica.....	900
3.4. Princípios.....	900
3.5. Organização judiciária	901
3.6. Distinção em relação às demais funções do Estado	901
3.7. Jurisdição estatal e arbitral	901
3.8. Poderes do juiz e do árbitro.....	902
3.9. Impedimento e suspeição.....	903
3.10. Competência.....	903
3.10.1. Critérios de determinação e de modificação.....	903
3.10.2. Critérios de modificação.....	905
3.10.3. Incompetência absoluta e relativa	906
3.10.4. Conflito de competência.....	907
3.10.5. Cooperação internacional	908
4. A Ação	909
4.1. Conceito, natureza, elementos e características	909
4.2. Condições da ação	909
4.3. Classificação	910
5. Pressupostos processuais	910
5.1. Processo – Conceito e natureza	910
5.2. Espécies.....	911
5.3. Pressupostos processuais.....	911
5.4. Procedimento e relação jurídica processual.....	912
6. Preclusão.....	913
7. Sujeitos do processo	913
7.1. Capacidade processual e capacidade postulatória.....	913
7.2. Deveres das partes e procuradores	914
7.3. Procuradores	914
7.4. Sucessão das partes e dos procuradores.....	915
8. Litisconsórcio.....	916
9. Da intervenção de terceiros	918
9.1. Da assistência.....	919
9.2. Da denunciação da lide.....	920
9.3. Do chamamento ao processo.....	923
9.4. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	924
9.5. Do Amicus Curiae	925
10. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	926
11. Ministério Público	926

12. Advocacia Pública.....	927
13. Defensoria Pública.....	927
13.1. Papel da Defensoria Pública.....	927
13.2. Prerrogativas.....	927
13.3. Extensão da prerrogativa do prazo dobrado.....	927
13.4. Responsabilidade civil.....	927
13.5. Outras particularidades da atuação da Defensoria Pública no processo civil.....	928
14. Atos processuais.....	928
14.1. Forma dos atos.....	928
14.2. Tempo e lugar.....	928
14.3. Prazos.....	929
14.4. Comunicação dos atos processuais.....	931
14.5. Nulidades.....	932
14.6. Distribuição e registro.....	933
14.7. Valor da causa.....	933
15. Tutela provisória.....	934
15.1. Da tutela provisória: tutelas de urgência e de evidência. Princípios gerais.....	934
15.2. Da tutela de urgência.....	934
15.3. A Tutela antecipada requerida de forma antecedente.....	935
15.4. Da tutela cautelar e poder geral de cautela.....	935
15.5. Tutela cautelar antecedente.....	936
15.6. Tutela da evidência.....	937
15.7. Estabilização da tutela antecipada.....	937
16. Formação, suspensão e extinção do processo.....	937
16.1. Formação.....	937
16.2. A propositura da ação.....	938
16.3. Efeitos da propositura para o réu: somente a partir da citação válida.....	938
16.4. Protocolo da inicial x registro e distribuição (diferenças para a fixação do juízo prevento).....	938
16.5. Da Suspensão do processo.....	939
16.5.1. A suspensão e a extinção como causas de crise do processo.....	939
16.5.2. Efeito da suspensão: paralisação do processo.....	939
16.5.3. Causas de suspensão do processo.....	940
13.7.3. Extinção do processo.....	943
17. Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.....	944
17.1. Procedimento comum.....	944
17.2. Disposições gerais.....	944
17.3. Petição inicial.....	944
17.4. Improcedência liminar do pedido.....	946

17.5. Audiência de conciliação ou de mediação	946
17.6. Contestação, reconvenção e revelia	947
17.6.1. Contestação	947
17.6.2. Reconvenção	948
17.6.3. Revelia	950
17.7. Audiência de instrução e julgamento	951
17.8. Providências preliminares e de saneamento	952
17.9. Julgamento conforme o estado do processo	953
17.10. Provas	954
17.10.1. Aspectos gerais	954
17.10.2. Distribuição do ônus da prova	954
17.10.3. Fatos que independem de prova	954
17.10.4. Depoimento pessoal	955
17.10.5. Confissão	955
17.10.6. Prova documental	955
17.10.7. Exibição de documentos ou coisas	956
17.10.8. Prova testemunhal	956
17.10.9. Prova pericial	957
17.11. Sentença e coisa julgada	958
17.11.1. Conceito de sentença	958
17.11.2. Classificações de sentença	959
17.11.3. Requisitos das sentenças	960
17.11.4. Efeitos das sentenças	961
17.11.5. Publicação, intimação, correção e integração da sentença	962
17.11.6. Conceito de coisa julgada	962
17.11.7. Espécies (Coisa julgada formal e material)	962
17.11.8. Limites	963
17.11.9. Eficácia preclusiva da coisa julgada	964
17.12. Cumprimento da sentença	965
17.12.1. Procedimento	965
17.12.2. Intimação do devedor	966
17.12.3. Legitimados no cumprimento de sentença	967
17.12.3. Competência para a fase de cumprimento de sentença	967
17.12.4. Admissibilidade do protesto	967
17.12.5. Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes	968
17.12.6. Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	968
17.12.7. Impugnação	969

18. Procedimentos especiais.....	972
18.1. Generalidades. Características. Espécies.....	972
18.2. Ação de consignação em pagamento	972
18.3. Ação monitória.....	976
18.4. Ação de exigir contas.....	978
18.5. Ações possessórias	979
18.6. Restauração de autos.....	982
18.7. Inventário e partilha	983
18.8. Embargos de terceiro.....	984
18.9. Oposição.....	986
18.10. Habilitação.....	987
19. Procedimentos de jurisdição voluntária	988
19.1. Natureza jurídica.....	988
19.2. Ações processadas de acordo com as regras do procedimento de jurisdição voluntária	988
19.3. Notificação, interpelação e do protesto	988
19.4. Alienação judicial	989
19.5. Separação, divórcio e alteração de regime de bens	989
19.6. Testamentos e dos codicilos.....	990
19.7. Herança jacente	990
19.8. Bens dos ausentes.....	991
19.9. Das coisas vagas	991
19.10. Da interdição	991
19.11. Disposições comuns à tutela e à curatela.....	992
20. Processo de execução	993
20.1. Princípios gerais. Espécies.....	993
20.2. Execução contra a Fazenda Pública	994
20.3. Execução de obrigação de fazer e de não fazer	995
20.4. Execução por quantia certa	996
21. Processos nos tribunais e meios de impugnação	997
21.1. Das disposições gerais.....	997
21.1.1. Precedente	997
21.1.2. Ratio Decidendi: relevância prática de sua determinação.....	998
21.1.3. Os precedentes no CPC de 2015	998
21.2. Ação rescisória.....	1003
21.2.1. Conceito	1003
21.2.2. Objeto da ação rescisória.....	1004
21.2.3. Competência para julgamento	1005
21.2.4. Requisitos de admissibilidade da ação rescisória	1006

21.2.5. Hipóteses indicadas no art. 966 CPC	1008
21.2.6. Polo passivo	1010
21.3. Recursos.....	1010
21.3.1. Teoria geral dos recursos.....	1010
21.4. Recursos em espécie	1014
21.4.1. Apelação	1014
21.4.2. Agravo de instrumento.....	1016
21.4.3. Embargos de declaração.....	1016
21.4.4. Recursos extraordinário e especial.....	1018
21.4.5. Embargos de divergência	1020
21.4.6. Agravo interno	1020
22. Livro complementar.....	1020
23. Disposições finais e transitórias.....	1020
23.1. Da entrada em vigor e aplicabilidade.....	1020
23.2. Da prioridade de tramitação	1021
23.3. Da aplicação do procedimento comum	1021
24. Mandado de segurança.....	1021
25. Ação popular	1023
25.1. Definição	1023
25.2. Legitimação para a propositura da ação popular.....	1024
25.3. Polo passivo.....	1024
25.4. Do Procedimento da Ação Popular.....	1024
25.5. Da sentença na ação popular	1025
25.6. Da coisa julgada.....	1025
41.7. Remessa necessária.....	1025
26. Ação civil pública	1026
27. Ação de improbidade administrativa	1029
28. Reclamação constitucional.....	1031
29. Jurisprudência dos tribunais superiores.....	1032

DIREITO PENAL – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA⁴

Danilo da Cunha Sousa

1. Características e fontes do direito penal	1036
2. Princípios aplicáveis ao direito penal.....	1037
3. Aplicação da lei penal.....	1038
4. Teoria do delito	1041
4.1. Classificação dos crimes.....	1041
4.2. Teorias da ação	1043

⁴ Esta matéria é exclusiva para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária. Se estiver estudando para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, não é necessária a leitura.

4.3.	Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos.....	1043
4.4.	Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva.....	1044
4.5.	Tipos dolosos de ação.....	1044
4.6.	Tipos dos crimes de imprudência	1044
4.7.	Tipos dos crimes de omissão	1045
5.	Erro.....	1046
5.1.	Descriminantes putativas.....	1047
5.2.	Erro determinado por terceiro.....	1047
5.3.	Erro sobre a pessoa.....	1047
5.4.	Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).....	1048
6.	Concurso de crimes.....	1048
7.	Ilícitude.....	1048
8.	Culpabilidade.....	1049
9.	Do concurso de pessoas.....	1050
10.	Penas.....	1051
11.	Medidas de segurança e sua execução.....	1053
12.	Ação penal.....	1054
13.	Punibilidade e causas de extinção.....	1054
14.	Prescrição.....	1056
15.	Dos crimes contra o patrimônio	1058
16.	Crimes contra a propriedade imaterial	1064
17.	Crimes contra a incolumidade pública	1064
18.	Crimes contra a paz pública	1065
19.	Dos crimes contra a fé pública	1065
20.	Dos crimes contra a administração pública	1069
21.	Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).....	1077
22.	Lei nº 4.898/1965 (abuso de autoridade)	1077
23.	Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro)	1078
24.	Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).....	1079
25.	Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.....	1080
26.	Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal	1081

DIREITO PROCESSUAL PENAL⁵

Danilo da Cunha Sousa

1.	Processo penal brasileiro. Processo penal constitucional.....	1085
----	---	------

⁵ Esta matéria é exclusiva para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária. Se estiver estudando para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, não é necessária a leitura.

2. Sistemas e princípios fundamentais	1086
3. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.....	1087
3.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.....	1088
4. Fase pré-processual: inquérito policial.....	1088
5. Processo, procedimento e relação jurídica processual.....	1089
5.1. Elementos identificadores da relação processual	1090
5.2. Formas do procedimento.....	1090
5.3. Princípios gerais e informadores do processo	1090
5.4. Pretensão punitiva	1091
5.5. Tipos de processo penal	1091
6. Ação penal.....	1091
7. Ação civil ex delicto.....	1094
8. Jurisdição e competência	1095
9. Questões e processos incidentes	1098
5.4. Incidente de insanidade mental	1098
10. Provas.....	1099
10.1. Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica).....	1101
11. Sujeitos do processo	1102
12. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.....	1103
12.1. Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária)	1106
13. Citações e intimações.....	1107
14. Atos processuais e atos judiciais.....	1107
15. Procedimentos.....	1108
15.1. Processo comum	1108
15.2. Processos especiais.....	1109
16. Habeas corpus e seu processo	1112
17. Disposições gerais do Código de Processo Penal	1113
18. Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito proces- sual penal.....	1113